

AVISO**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

UASG 373201 - 386.00013826/2025-17 - PREGÃO ELETRÔNICO – PE18325 - FORNECIMENTO DE GRAMPO ELÁSTICO. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 12/03/2026. Sessão Pública: 25/03/2026 às 09:00 horas - Edital disponível a partir do dia 12/03/2026.

O edital, na íntegra, estará disponível nos sites www.cptm.sp.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.doe.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325

A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM** comunica aos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Norma Implementadora nº 03/003, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da CPTM, no âmbito do objeto do Contrato e pelas condições constantes deste edital, realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa aberto, do tipo de **menor preço**.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

A sessão pública de processamento do **PREGÃO ELETRÔNICO** será realizada no endereço eletrônico do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do respectivo processo.

1. OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o **FORNECIMENTO DE GRAMPO ELÁSTICO**, mediante especificações constantes do Anexo I - Planilha de Proposta, Especificação Técnica CPTM AA1094-6 e Desenho CPTM AK5290-3, que integra este edital.

2. LOCAL DE ENTREGA

- 2.1 O material deverá ser entregue conforme discriminado no Anexo II - Minuta de Contrato.

3. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I	Planilha de Proposta, Especificação Técnica CPTM AA1094-6 e Desenho CPTM AK5290-3;
Anexo II	Minuta de Contrato;
Anexo III	Modelo de Declaração referente ao subitem 7.1.11 do Edital;
Anexo IV	Modelo de Declaração referente ao subitem 4.7.1 do Edital;
Anexo V	Modelo de Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo VI	Modelo de Declaração de Parte Relacionada; e

4. PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar do certame todos os interessados que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida em regulamento próprio.
- a) Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - b) As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o cadastro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- 4.2 Quaisquer incompatibilidades entre o regulamento do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e o Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, prevalecerão as disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 4.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 4.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.
- 4.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 4.6 Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 8.7 deste edital, a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo deverá constar do registro da licitante junto ao SICAF.
- 4.7 Não poderão participar deste certame empresas impedidas de participar da licitação ou de ser contratadas pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 4.7.1 A PROPONENTE deverá declarar que não está impedida de participar de licitações e de com a CPTM contratar, conforme modelo constante do Anexo IV.

5. CREDENCIAMENTO

- 5.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha

pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras.

- 5.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DA PROPOSTA

- 6.1 As propostas deverão ser enviadas por meio do sistema eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante no cadastramento da proposta inicial, declarar, em campo próprio do sistema, que:
 - 6.1.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, inclusive quanto a necessidade de equalização da proposta, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 6.1.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 6.1.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 6.1.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 6.1.5 A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos para participação da licitação, conforme legislação aplicável;
 - 6.1.6 A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 6.1.6.1 Caso a licitante declare que não se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

cooperativa, não prejudicará a participação no certame, apenas não terá direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 6.2 Ao apresentar proposta fica subentendido que a licitante declara ter pleno conhecimento da natureza dos materiais a serem fornecidos e que se submete a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303/16, do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 6.3 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.3.1 Em observância ao que dispõe o artigo 117 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 45.490/00, na hipótese de oferta de produto oriundo de outro Estado, o preço ofertado deverá estar acrescido da parcela correspondente ao “diferencial de alíquota”, observando-se o seguinte roteiro:
- a) Ao preço constante da proposta com ICMS incluso, aplicar a alíquota interestadual para apuração do **crédito** do imposto;
 - a.1) no caso das empresas optantes do SIMPLES NACIONAL situadas em outros estados, o ICMS será calculado “por dentro”, de forma a que o valor do ICMS integre a sua própria base de cálculo para essa operação, nos termos do RICMS Paulista, Art. 117, §§ 5º e 6º c/c Art. 49.
 - b) Ao preço constante da proposta com ICMS incluso, aplicar a alíquota interna do Estado de São Paulo, para apuração do **débito** do imposto, observado que o montante do imposto integra sua própria base de cálculo, conforme Artigo 49 do supramencionado RICMS do Estado de São Paulo;
 - c) O valor correspondente à diferença apurada entre o **débito e o crédito**, ou seja, o **diferencial de alíquota devido**, deverá, nos termos previstos neste subitem, estar acrescido no preço da proposta para efeito de comparação na fase de lances e também para apuração do valor total do dispêndio da CPTM, caso a proposta seja vencedora, compreendendo o preço a ser pago ao futuro contratado e a parcela do ICMS que será recolhido ao Estado de São Paulo.
- 6.4 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste edital.
- 6.5 A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:
- a) O **preço unitário**, fixo e irrevogável, expresso em números, na moeda corrente

nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

- b) A **marca** do(s) material(is) ofertado(s);
- c) A **referência** (se houver) do(s) material(is) ofertado(s).

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 8.17, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.1.1 Registro do empresário na Junta Comercial;
- 7.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- 7.1.3 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- 7.1.4 Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, bem como estatuto social em vigor, registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ata de eleição dos administradores e indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a CPTM;

REGULARIDADE FISCAL

Caso a PROPONENTE participe da licitação por meio da matriz, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da matriz.

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 7.1.5 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ da **PROponente**;
- 7.1.6 Prova de regularidade para com a seguridade social, mediante a apresentação de **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, dando conta da regularidade dos **Tributos Federais e à Dívida**

Ativa da União por elas administrados;

- 7.1.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1.8 **Comprovação de aptidão** da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, por meio da apresentação de **pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, em nome da licitante**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

7.1.8.1 Para fins de comprovação das características e quantidades a que se refere este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a realização do **fornecimento de no mínimo 20.000 (vinte mil) grampos de fixação de trilhos ferroviários e/ou metroferroviários e/ou grampos de fixação de junta isolante colada (JICs)**.

7.1.8.2 A comprovação a que se refere o subitem 7.1.8.1 poderá ser feita mediante o somatório de quantitativos de atestados.

7.1.8.3 O(s) atestado(s) poderá(ão) referir-se a contrato(s) em andamento, desde que o(s) mesmo(s) demonstre(m) que os fornecimentos realizados, até então, são compatíveis com o solicitado no subitem 7.1.8.1 deste edital.

7.1.8.4 Os atestados que não estejam em nome da licitante somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão, incorporação ou criação de subsidiária integral, da pessoa jurídica, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.

7.1.8.5 É proibida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante.

7.1.8.6 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- c) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.9 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da pessoa jurídica, para Sociedades Empresárias;

7.1.9.1 Na hipótese de recuperação judicial/extrajudicial, deve a PROPONENTE apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, com autorização expressa para a participação em processos de licitação; ou laudo de constatação prévia das reais condições de funcionamento do devedor nos termos do art. 51 - A, da Lei 11.101/05 acompanhado do despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial; ou decisão interlocutória do juízo do processamento da recuperação autorizando a participação em processos de licitação; ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

7.1.10 Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral da Comarca onde a empresa está sediada, para Cooperativas;

DECLARAÇÕES

7.1.11 **Declaração**, sob as penas da lei, que a PROPONENTE se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III;

7.1.12 **Declaração**, sob as penas da lei, de que a PROPONENTE não está impedida de participar de licitação ou de ser contratada pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, conforme modelo constante do Anexo IV;

7.1.13 **Declaração de Ciência e Responsabilidade**, conforme modelo constante do Anexo V; e

7.1.14 **Declaração de Parte Relacionada**, conforme modelo constante do Anexo VI.

7.2 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de consumo deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. No entanto, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de consumo somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.3 Não constando dos documentos prazo de validade, serão aceitos aqueles emitidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação da proposta.

8. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

8.1 No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.2 No dia e horário indicado no preâmbulo deste edital, dar-se-á início à sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico automaticamente, por meio de sistema eletrônico.

8.3 Será iniciada a etapa de lances, em que poderão participar todas as licitantes.

8.3.1 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

8.3.2 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, ficando estabelecida a **REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE ELES DE R\$ 0,10 (DEZ CENTAVOS)**.

8.4 A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.4.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5 A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema, findos os períodos de duração indicados no subitem anterior.

8.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

8.7 Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos seguintes termos:

8.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

- 8.7.2 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 8.7.3 A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora dos lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.
 - 8.7.3.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação automática controlada pelo sistema.
 - 8.7.3.2 Na ocorrência de desistência ou na falta de manifestação no prazo estabelecido, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência.
 - 8.7.3.3 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no 8.7.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova oferta.
 - 8.7.3.3.1 Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- 8.7.4 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 8.8 Em caso de empate entre 2 (duas) melhores propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios de desempate estabelecidos no artigo 78 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
 - 8.8.1 As regras previstas no subitem 8.8 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 8.9 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 8.10 O pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.11 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pela CPTM, ou qualquer outro meio autorizado para a formação de preço, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

- 8.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a PROPONENTE desistente a penalidade mencionada no item 12 deste edital.
- 8.13 O Pregoeiro, após a negociação, verificará o Estado (UF) em que a empresa está registrada, através de consulta da inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ perante a Receita Federal, sendo que, em caso de empresa que não seja oriunda do Estado de São Paulo, e na hipótese da oferta obtida na licitação contemplar alíquota interestadual de ICMS inferior à alíquota interna deste Estado, para fins de adjudicação, será desconsiderado (subtraído) o diferencial de alíquota, acrescido nos termos do subitem 6.3.1, através de lance a ser ofertado no sistema.
- 8.13.1 A equalização das propostas nos termos acima expostos é cogente, sendo que eventual negativa configurará desistência de proposta e sujeitará da licitante as penalidades previstas no item 12 do edital.
- 8.13.2 Para realização dos cálculos serão utilizadas três casas decimais.
- 8.13.3 No resultado final obtido, ou seja, no valor encontrado para efeito de comparação, será desprezada a terceira casa decimal.
- 8.14 O autor da oferta de menor preço deverá, ao final da etapa de negociação e após a solicitação do Pregoeiro, enviar a Planilha de Proposta elaborada conforme modelo constante no Anexo I do Edital, contemplando o preço aceito pelo pregoeiro na etapa de negociação, sujeita a eventual saneamento, se o caso, devendo conter:
- a) Os **preços, unitário e total**, conforme estabelecido no subitem 8.13, expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
 - b) A **marca, a referência** (se houver) e o **prazo de garantia** do(s) material(is) ofertado(s);
 - c) O **prazo de pagamento**, que será de **30 (trinta) dias**, a contar da data do adimplemento da obrigação referente ao fornecimento dos materiais;
 - d) O **prazo de entrega**, que deverá obedecer ao indicado no Anexo I - Planilha de Proposta;
 - e) O **prazo de validade** da proposta, de no mínimo **90 (noventa) dias** a contar da data de sua apresentação;
 - f) O **Estado** de origem do produto, bem como a **alíquota de ICMS** incidente.
- 8.15 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro procederá a análise das propostas visando o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:
- a) Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável, ou impuserem condições;
 - b) Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

- c) Apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) Por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

8.16 A desclassificação se dará por decisão motivada do pregoeiro.

8.17 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) A verificação dos documentos indicados no item 7 deste edital do autor da oferta aceita;
- b) Caso os documentos não atendam aos requisitos estabelecidos no item 7 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
 - b1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do sistema;
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 8.17. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) A critério do Pregoeiro a empresa declarada vencedora poderá ser instada a apresentar os originais, inclusive a Planilha de Proposta ou cópias autenticadas por tabelião de notas quando for o caso, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, que, caso solicitados, deverão ser apresentados no Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico - DFCE, sito na Rua Boa Vista nº 162 - 1º andar - Centro - São Paulo/SP, em prazo a ser determinado, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;
- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 7.1.6 e 7.1.7 deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 8.18 A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do subitem 8.17 deverá comprovar sua regularidade fiscal por ocasião da celebração do instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo a sessão retomada para exame da oferta subsequente de menor preço, nos termos do subitem 8.20.
- 8.19 A comprovação de que trata o subitem 8.18 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da CPTM, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame.
- 8.20 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, respeitada a ordem de classificação, assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.21 Na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa de consumo, e não configurada a hipótese prevista no subitem 8.20, será declarada a melhor oferta, aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Divulgado o vencedor pelo sistema, as licitantes poderão manifestar, motivadamente, a intenção de interpor recurso referente ao resultado do julgamento das propostas e da habilitação, da anulação ou da revogação da licitação, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, sem prorrogação.
- 9.2 Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem anterior, o sistema informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a contar da data da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 9.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente instruído à autoridade competente.
- 9.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

- 9.6 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, excetuando-se o disposto no § 2º, artigo 94 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 9.7 A adjudicação será feita **POR ITEM**. Para a licitante que ofertar produto oriundo de outro Estado, cuja alíquota interestadual do ICMS seja inferior à alíquota interna do Estado de São Paulo, o valor adjudicado obedecerá ao critério disposto no subitem 8.13.

10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 10.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 10.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará na sua suspensão e no seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida.
- 10.2.1 Se a desconexão, exceto na etapa de lances, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.2.2 Se a desconexão ocorrer durante a etapa de lances, a sessão não será suspensa e a apresentação de lances pelos licitantes terá continuidade, até o término do período estabelecido no edital.
- 10.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

11. CONTRATAÇÃO

- 11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de contrato, cujo modelo constitui o Anexo II do presente edital.
- 11.2 A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a documentação indicada na alínea “e” do subitem 8.17, os seguintes dados qualificativos: nome da pessoa para comunicações relativas ao contrato, inclusive o endereço, telefone, e e-mail para contato, assim como o nome e a qualificação da pessoa com poderes para assinar o contrato com a CPTM.
- 11.3 Caso a melhor classificada no pregão seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, serão observadas as disposições constantes dos subitens 8.17 a 8.21.
- 11.4 Se, por ocasião da formalização do contrato, a **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** e o **Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF** estiverem com os prazos de validade vencidos, a CPTM verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, inclusive a existência de registro no **Cadastro Informativo dos Créditos não**

Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 11.5 Se não for possível efetuar a verificação de que trata o subitem 11.4, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 11.4, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, assim como a comprovação de inexistência de registro no CADIN Estadual, emitida por meio do site: http://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/, sob pena da contratação não se realizar.
- 11.6 A adjudicatária deverá, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da convocação, assinar o contrato digitalmente, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 12 deste edital.
- 11.6.1 A CPTM enviará e-mail para que seja realizada a assinatura digital do contrato no ambiente da plataforma eletrônica vigente (Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outra).
- 11.6.2 Quando solicitado pela CPTM, a adjudicatária fica obrigada a informar os dados necessários do representante com poderes a firmar o Termo de Contrato.
- 11.6.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, ou outras vezes, sempre mediante justificativa.

12. PENALIDADES

- 12.1 A PROPONENTE que: ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame; não apresentar documento(s) exigido(s) para a celebração do instrumento contratual; não celebrar a contratação, quando convocado pela CPTM, dentro do prazo de validade de sua proposta; praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; apresentar documentação falsa; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação; praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução total do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a previsão contida no artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br, dosada e aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta, com o consequente registro no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 12.2 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor referencial da CPTM, respeitado o contraditório e a ampla defesa:

- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - b) Deixar de entregar amostras para os pregões em que houver a previsão de análise das mesmas com a suspensão da sessão;
 - c) Cometer erro no lançamento dos valores e ensejar o retardamento da continuidade do pregão, na tentativa de corrigir o erro cometido.
- 12.3 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação pretendida, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Regularmente convocada e estando sua proposta dentro do prazo de validade, se recusar a celebrar o instrumento contratual;
 - b) Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, qualquer documento ou anexos exigidos, via mídia eletrônica, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva.
- 12.4 Aplicadas as multas referidas nos subitens anteriores, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN Estadual.
- 12.5 Para a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM serão observadas as disposições do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, especificamente os incisos IV, VI, VII e VIII, a seguir transcritos:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do contrato: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 90 (noventa) dias;
 - b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - d) Praticar as condutas previstas nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput do art. 246 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a seguir transcritas:
 - d1) praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- d2) apresentar documentação falsa;
- d3) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d4) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d5) participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;
- d6) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação;
- d7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.6 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM é cumulável com as sanções de multa para sancionar um mesmo fato.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.2 Das sessões públicas de processamento do pregão será lavrada ata circunstanciada, emitida pelo sistema eletrônico de processamento.
- 13.3 A CPTM poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 13.4 O aviso contendo o resumo do edital da licitação, do extrato do contrato e de seus termos de aditamentos decorrentes de procedimentos licitatórios deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na internet no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 13.5 Os atos de julgamento, adjudicação, homologação, demais atos e procedimentos, serão divulgados no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 13.6 No interesse da CPTM, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
 - a) Adiada a data da sessão pública de processamento do pregão; ou
 - b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da sessão pública de processamento do pregão.
- 13.7 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação até o prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública.
- 13.8 Qualquer interessado é parte legítima para apresentar questionamentos, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até


03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, e as respostas às dúvidas suscitadas serão divulgadas no sistema e no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.

- 13.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.10 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 13.11 Os casos omissos do presente PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo administrador da plataforma.
- 13.12 O valor do orçamento estimado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para esta licitação é sigiloso e preservado até a etapa de negociação, conforme critério de julgamento estipulado neste edital.
- 13.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Diretor Administrativo e Financeiro

Diretor de Operação e Manutenção

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
PLANILHA DE PROPOSTA,
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM AA1094-6
E DESENHO CPTM AK5290-3

 GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES E COMPRAS RUA BOA VISTA, 162 - 1º ANDAR - CENTRO - SÃO PAULO - SP CEP 01014-001 - FONE: (11) 3117-7216	ANEXO I PLANILHA DE PROPOSTA PE18325 - 386.00013826/2025-17	DATA DE EMISSÃO	FOLHA
			1/1

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	PRAZO DE ENTREGA	VALIDADE DA PROPOSTA	DATA DE ABERTURA	LOCAL DE ENTREGA:
30 DIAS	VIDE OBS. 2	90 DIAS		Almoxarifado Presidente Altino - Rua General Manuel Azambuja Brilhante, 55 - Centro - Osasco/SP ou no Almoxarifado Lapa - Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 - Vila Anastácio - São Paulo/SP

ITEM	SC/ITEM	CÓDIGO (Compras.gov.br)	DESCRIÇÃO	QTDE.	UN.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	046425/1	483234	GRAMPO ELASTICO, C/ DISPOSITIVO ANTI-VANDALO, TRILHOS TR-57 E TR-68 - CÓDIGO CPTM 004620 MARCA: _____ REF.: _____	57.500	UN		

OBSERVAÇÕES:

- O(S) CÓDIGO(S) COMPRAS.GOV.BR SERVE(M) TÃO SOMENTE PARA FINS DE LANÇAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA, NÃO SE PRESTANDO A SUA DESCRIÇÃO E UNIDADE (UN.), PORTANTO, PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA DE MATERIAIS DIFERENTES DO ESPECIFICADO NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
- A ENTREGA DOS MATERIAIS DEVERÁ SER REALIZADA DE FORMA PARCELADA, CONFORME SEGUE:
1ª PARCELA: 20.000 UN, EM ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, CONSIDERADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO;
2ª PARCELA: 20.000 UN, DO 91º AO 120º DIA, CONSIDERADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO; E
3ª PARCELA: 17.500 UN, 121º AO 150º, CONSIDERADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
- A DEFINIÇÃO DO LOCAL DE ENTREGA SE DARÁ APENAS NO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, SENDO INFORMADO PELO FISCAL EM SEU E-MAIL DE APRESENTAÇÃO.
- HAVERÁ INSPEÇÃO EM FÁBRICA, ENSAIOS E ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CONFORME SUBITENS 3.5 A 3.21.1 DO ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO.

DECLARAÇÕES:


- ESTADO DE ORIGEM DO PRODUTO: _____ ALÍQUOTA DO ICMS INCIDENTE: _____ %.
- DECLARA O PROPONENTE QUE NA PROPOSTA APRESENTADA ESTÃO OBSERVADAS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL, O ATENDIMENTO INTEGRAL AO DISPOSTO NESTA PLANILHA DE PROPOSTA, ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM AA1094-6 E DESENHO CPTM AK5290-3, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DEMAIS AJUSTES DA CPTM, VIGENTE A PARTIR DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023, DA LEI FEDERAL Nº 13.303/16 E DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL PERTINENTE.
- DECLARA O PROPONENTE QUE OS MATERIAIS OFERTADOS NA PRESENTE COTAÇÃO GOZAM DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO PELO PRAZO DE ____ (_____) ANOS (MÍNIMO 5 ANOS), CONFORME SUBITEM 7.1 DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM AA1094-6.
- DECLARA O PROPONENTE O COMPROMISSO DE RESPEITAR, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR, NO QUE COUBER, O CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE E O CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DE FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E PARCEIROS DA CPTM QUE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NO SITE DA COMPANHIA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/codigos-de-conduta-integridade>.

CARIMBO DO C.N.P.J. DA PROPONENTE
DATA E NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL

OBSERVAÇÕES:

ET – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

TEMPO DE GUARDA E DESTINAÇÃO DO DOCUMENTO			
TTD	MEIO	FIM	
DESTINAÇÃO	GUARDA PERMANENTE	EXPURGO	
UNIDADE DE POSSE		CEDOC	
ATÉ APROV. CONTAS	ANOS		ANOS

TÍTULO										REVISÃO							
GRAMPO ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO DE TRILHOS E/OU JUNTA ISOLANTE COLADA (JIC)										H							
CLASSIFICAÇÃO																	
TIPO	SISTEMA	LINHA	TRECHO	SUBTRECHO	SUBSIST/CJ	ETAPA	CLASSE/SUB	SEQUENCIAL	Nº								
ET	-	V	-	ZZ	-	99	-	99	-	0102	/	3	-	U09	-	999	AA1094-6
				PROJETISTA				SUPERVISORA									
ÁREA DOTV				Nº CONTRATO				Nº CONTRATO									
RESP.TECN./DATA SANDRO LUIZ SILVA				RESP.TECN./DATA				RESP.TECN./DATA									
APROVAÇÃO/DATA ROBSON SIRINEU SILVA SANTOS				APROVAÇÃO/DATA				APROVAÇÃO/DATA									

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- AK5290-3 - Grampo elástico anti-vândalo para olhal - fixação de trilhos TR-50 - TR-57 - TR-68 em dormente de concreto ou madeira
-
-
-


DOCUMENTOS RESULTANTES

-
-
-

OBSERVAÇÕES

- Elaboração: Eng.º José Augusto Lorga / Eng.º Cristiano Pansanato
- Responsável Técnico: Eng.º José Augusto Lorga
- Aprovação: Eng.º Carlos Roberto dos Santos / Eng.º Henry Munhoz

H.	Remoção do item 4 - Homologação	DOTV	Sandro L. Silva	Robson Sirineu	28/10/25
G.	Atualização do documento	DOTV	Ricardo Penteado	Sandro L. Silva	16/04/25
F.	Reformatado eliminando a homologação deste documento	DOTV	José A. Lorga	Henry Munhoz	21/06/13
E.	Dados para Homologação	DOTV	José A. Lorga	Antônio B. Rossitto	14/06/12
D.	Composição Química	DOTV	José A. Lorga	Antônio B. Rossitto	14/10/11
C.	Alterações nos itens 3.4, 3.5.2 e 3.5.5.		José A. Lorga	João R. Pepe	25/05/07
B.					18/09/03
A.					28/08/00
O.	Emissão do documento				
REV	MOTIVO	ÁREA	RESP.TÉCNICO	APROVAÇÃO	DATA

 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	---	--------------------------	--------------

1. FINALIDADE

Estabelecer os requisitos exigidos para a fabricação e recebimento de grampos elásticos, para emprego em placas de apoio com olhal ou dormentes de concreto com ombreiras, para fixação de trilhos TR-50, TR-57, TR-68, TR-60 (60 E1), e ou de Juntas Isoladas Coladas (JICs).

2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

2.1. Fixações

Os grampos devem atender às condições de instalação e operação da CPTM, e às exigências desta especificação. O conjunto grampo+fixações deve apresentar as seguintes características:

- Garantir estabilidade vertical, lateral, longitudinal e torção para a fixação do trilho.
- Ter capacidade de conter os esforços longitudinais resultantes das variações de temperatura e transversais decorrentes do tráfego na via, considerando que os trilhos estão soldados continuamente.
- No caso de utilização de palmilha sob o trilho, ser capaz de absorver os efeitos dinâmicos das cargas verticais na ligação do trilho ao apoio, ou placa de apoio, sem perder as condições dos subitens anteriores.

2.2. Forma, dimensional, marcação e cores

Forma, dimensional, tolerâncias e marcação deverão estar de acordo com os desenhos:

- Trilhos AREMA: TR-50, TR-57 e TR-68: AK5290-3;

A marcação deverá conter as seguintes informações:

- Logotipo da CPTM;
- Identificação do Fornecedor ou Fabricante (logotipo ou sigla);
- Número do lote e ano de fabricação.
- Tipo de trilho (AR – AREMA)

Os grampos elásticos deverão apresentar bom acabamento superficial, ou seja, estar isentos de marcas de ferramentas ou inclusões, e deverão receber pintura nas seguintes cores:

- Preto ou Vermelho: Utilizados na via corrida e AMV, padrão AREMA (TR-50 a TR-68);

Os grampos deverão ser protegidos contra corrosão provocada por agentes físicos e químicos, através de fosfatização e pintura antioxidante. Os grampos não podem apresentar qualquer aparência de corrosão na sua entrega.

2.3. Processo de fabricação


Os grampos deverão ser fabricados em aço-mola, temperados em óleo e revenidos.

2.4. Tipo de Aço e Composição Química

A matéria-prima deve ser uma liga de aço-mola, conforme SAE 9254, 9260, 9259, 5160H, 60Si2MnA ou equivalente, fornecida em barras ou em rolos, redonda, com Ø 20mm.

2.5. Propriedades Mecânicas

As propriedades mecânicas do aço utilizado deverão corresponder aos resultados dos ensaios.

 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
--	--------------	--	--------------------------	--------------

2.6. Acondicionamento

Os grampos devem ser acondicionados em dois sacos de material resistente (um dentro do outro), com peso máximo de 30 kg. Cada saco deverá ter uma etiqueta com as seguintes informações:

- Marca da CPTM;
- Marca do Fornecedor;
- Identificação do conteúdo;
- Número de ordem ou período de compra;
- Quantidades de peças.

As etiquetas deverão ser confeccionadas em material resistente, não-metálico.

3. INSPEÇÃO, ENSAIOS E RECEBIMENTO DO PRODUTO

Os ensaios de recebimento serão por conta e custas do Fornecedor.

Os ensaios poderão ser realizados nas instalações do Fornecedor ou em laboratório de idoneidade comprovada, previamente aprovado pela CPTM

A CPTM deverá ser convocada para a participação nos ensaios e deverá haver um planejamento desta programação em comum acordo com a CPTM.

3.1. Lotes e Plano de Amostragem

O plano de amostragem e os procedimentos de inspeção por atributos obedecerão a Norma ABNT NBR 5426/1985, relativa ao Plano de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos, observando os seguintes parâmetros:

- Plano de Amostragem – Simples para os ensaios 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional), e Duplo para os demais ensaios;
- Nível de Inspeção – S4 para os ensaios 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional), S3 para o ensaio 5.6 (Deflexão estática) e S2 para os demais ensaios;
- Regime de Inspeção – Normal para os ensaios 5.1 (Visual), 5.2 (Dimensional) e 5.6 (Deflexão estática) e Atenuada para os demais ensaios;
- Nível de qualidade de aceitação (NQA) – 1,5 para os ensaios 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional), 2,5 para o 5.6 (Deflexão estática) e 4,0 para os demais ensaios.

A partida a ser verificada pela CPTM deverá ser formada por lotes de fabricação com a mesma quantidade de grampos, observando-se um mínimo de 500 e um máximo de 150.000 unidades. As amostras deverão ser retiradas ao acaso de cada lote por um funcionário da CPTM (ou com o seu acompanhamento).

Para os ensaios 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional) que seguem o plano de amostragem simples, as amostras serão ensaiadas e, constatando-se um número de peças defeituosas igual ou inferior a Ac, o lote será aprovado; caso contrário, o lote será reprovado (vide Tabela 5).

No caso dos demais ensaios, que seguem o plano de amostragem duplo (vide Tabela 6), deverá ser ensaiada a quantidade descrita na 1ª amostra e, se o número de peças defeituosas for igual ou inferior a Ac, o lote será aprovado. Se o número de peças defeituosas for maior que Re, o lote deverá ser reprovado; se estiver entre Ac e Re, deverá ser ensaiada a quantidade descrita pela 2ª amostra, e os defeitos somados ao da primeira amostra; sendo aprovado se o número total de defeitos for inferior a Re. Para os ensaios que seguem o regime atenuado, se o número de defeitos estiver entre Ac e Re, o lote deverá ser aprovado, porém para a próxima inspeção deverá ser adotado o regime normal de inspeção.

Em virtude dos ensaios 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional) não serem de caráter destrutivo, os grampos utilizados nesses ensaios serão utilizados nos demais ensaios. Nos ensaios 5.3 (Composição química), 5.4 (Dureza) e 5.5 (Descarbonetação), os grampos utilizados poderão ser fracionados e identificados somente na presença de um representante da CPTM.

7122	ESTA FOLHA É PROPRIEDADE DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS E SEU CONTEÚDO NÃO PODE SER COPIADO OU REVELADO A TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. A LIBERAÇÃO OU APROVAÇÃO DESTE DOCUMENTO NÃO EXIME O PROJETISTA DE SUA RESPONSABILIDADE SOBRE O MESMO	PÁG. 3/12
------	--	--------------

Tabela 5 – Plano de amostragem simples e critério de aceitação				
Tamanho do Lote		Ensaio 5.1 (Visual) e 5.2 (Dimensional) Regime Normal		
		TA	Ac	Re
500	1.200	20	1	2
1.201	10.000	32	1	2
10.001	35.000	50	2	3
35.001	150.000	80	3	4
<p>TA – Tamanho da amostra</p> <p>Ac – Número de peças defeituosas (ou falhas) que ainda permite aceitar o lote</p> <p>Re – Número de peças defeituosas (ou falhas) que implica na rejeição do lote</p>				

Tabela 6 – Plano de amostragem duplo e critério de aceitação													
Tamanho do Lote		Ensaio 5.6 (Deflexão Estática)				Ensaios: 5.3 (Composição Química), 5.4 (Dureza) e 5.5 (Descarbonetação)							
		Regime Normal				Regime Atenuado				Regime Normal			
		Seq.	TA	Ac	Re	Seq.	TA	Ac	Re	Seq.	TA	Ac	Re
500	3.200	1ª	8	0	2	1ª	2	0	2	1ª	5	0	2
		2ª	8	1	2	2ª	2	0	2	2ª	5	1	2
3.201	35.000	1ª	13	0	2	1ª	2	0	2	1ª	5	0	2
		2ª	13	1	2	2ª	2	0	2	2ª	5	1	2
35.001	150.000	1ª	20	0	3	1ª	3	0	2	1ª	8	0	2
		2ª	20	3	4	2ª	3	0	2	2ª	8	1	2
TA – Tamanho da amostra													
Ac – Número de peças defeituosas (ou falhas) que ainda permite aceitar o lote													
Re – Número de peças defeituosas (ou falhas) que implica na rejeição do lote													

4. ENSAIOS MECÂNICOS E QUÍMICOS

Deverão seguir o plano de amostragem e os procedimentos de inspeção definidos no item 4.1 (Lotes e Plano de Amostragem).

4.1. Visual e Marcação

Deverá ser verificada se a forma, marcação e cor estão de acordo com o item 3.3 desta ET (Forma, dimensional, marcação e cores)

4.2. Dimensional

Utilizando paquímetro ou gabaritos CPTM, o inspetor deverá verificar se todas as medidas cotadas nos desenhos abaixo estão dentro das faixas de tolerância:

- AK5290-3 para fixação de trilhos AREMA (TR-50, TR-57 e TR-68);

4.3. Composição Química

Deverá ser constatada se a composição química dos grampos ensaiados corresponde à composição química e ao tipo de aço informados no certificado de qualidade da matéria-prima. Caso não haja correspondência, o lote será reprovado.

O corpo de prova e método de ensaio deverão ser conforme a Norma ASTM E415:2021, devendo ser registradas a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar na execução do ensaio. Deve ser calculado e declarado o valor percentual do nível de confiança da medição (que não pode ser inferior a 95%).

4.4. Ensaio de Dureza Rockwell C

O método de ensaio deverá ser conforme a Norma ASTM E18:2024, devendo ser registrada a temperatura ambiente da execução do ensaio.

A obtenção da dureza deve ser feita em três pontos distintos da superfície inferior da perna central do grampo, segundo a Figura 1. O valor médio deve ser adotado como resultado para comparação com a Tabela 7.

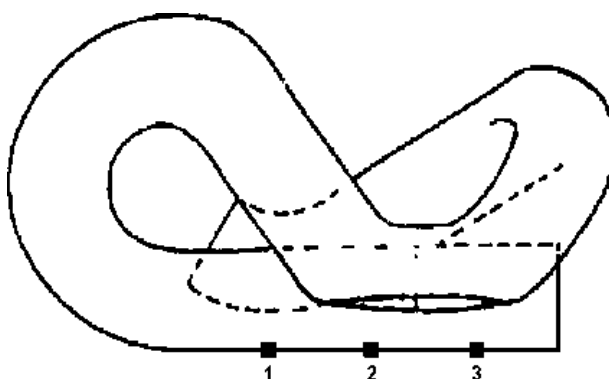


Figura 1 – Pontos de verificação da dureza

Na região de tomada da dureza, a superfície do grampo deverá ser aplainada, retirando-se a camada descarbonetada até uma profundidade de pelo menos 0,25 mm. Nesta operação, deve ser evitado o aquecimento excessivo (que poderá afetar as propriedades mecânicas do aço).

Tabela 7 - Faixa de Dureza Especificada		
Tipo de Grampo	Trilho	Dureza Rockwell - C
Via Corrida, AMV e Juntas	57 / 60 / 68	44 / 48

4.5. Descarbonetação


Deverá ser feito o ensaio de descarbonetação, de acordo com a NBR 11.299:2011, e a profundidade da camada de descarbonetação não pode exceder 0,2 mm.

O corpo de prova deverá ser preparado de acordo com a Norma ASTM E3/11 e o método de ensaio deverá ser conforme a Norma ASTM F2328:17 (2022).

4.6. Deflexão Estática

Os grampos a serem ensaiados deverão ser montados em aparelho específico para esta medição. A força necessária para defletir os grampos (em distâncias compatíveis com o seu tipo) deverá estar dentro da faixa de tolerâncias discriminada na Tabela 8.

Antes do início do teste, deverão ser aplicadas pelo menos dez (10) pré-cargas em cada grampo, de

 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

1.400 kgf. O “posicionamento” discriminado na Tabela 8 se refere à altura que o topo da perna central do grampo está em relação ao apoio da perna externa.

Tabela 8 – Deflexão Estática				
Grupo Tipo	Trilho (TR / EN)	Posicionamento (mm)	Deflexão (mm)	Força (kgf)
Via Corrida, AMV e Juntas	57 / 68	13	9,3 - 12,2	1.400

Obs.: O Fornecedor deverá fornecer o diagrama do esforço solicitado vinculado à deformação, com a indicação do ciclo completo de solicitação.

5. ENSAIOS DE DESEMPENHO

Os ensaios de desempenho não seguirão o plano de amostragem. Deverão ser realizados para cada lote de recebimento.

Caso haja falha em quaisquer destes ensaios, o lote será reprovado.

5.1. Retenção Longitudinal

Os grampos devem ser montados de tal forma que reproduzam fielmente a sua utilização na via, como especificado neste documento.

Este ensaio deverá ser executado em 2 (duas) fases:


- 1ª fase com grampos novos, que serão usados depois na 1ª fase do ensaio 6.2 (Fadiga)
- 2ª fase com os mesmos grampos, após retornarem da 1ª fase do ensaio 6.2 (Fadiga)

Nesta posição, aplica-se uma carga paralela ao eixo longitudinal do trilho (conforme Figura 2, em incrementos de 1,80 kN), fazendo-se leituras do deslocamento longitudinal do trilho após cada incremento. A leitura do deslocamento deverá ser feita depois de completadas as acomodações das deformações, mantida constante a carga. Essas leituras serão tomadas como a média das leituras de 2 (dois) relógios comparadores, com precisão de 1/100 mm, assentados de cada lado do patim do trilho, permitindo a leitura dos deslocamentos no sentido paralelo ao eixo longitudinal do trilho.

A carga é aumentada gradualmente até o valor de 10,8 kN, que será mantido por 15 (quinze) minutos. O trilho não deve se deslocar mais do que 5,0 mm durante os 3 (três) primeiros minutos. Após esse período inicial de 3 (três) minutos, e até concluir o período de 15 (quinze) minutos, não deverá sofrer deslocamento superior a 0,3 mm. Qualquer deslocamento acima desses valores significa falha no ensaio.

Na realização deste ensaio deverá ser preenchida a Tabela 9 abaixo, com os valores dos deslocamentos em relação às cargas aplicadas aos grampos, antes e após o ensaio 6.2 (Fadiga).

Tabela 9 – Valores dos deslocamentos em relação às cargas aplicadas					
Incrementos (1,80 kN)		Grampos novos antes da Fadiga (item 6.2)		Grampos usados na Fadiga (item 6.2)	
Carga (kN)	Tempo (min)	1º Sentido 10 ⁻² mm	2º Sentido 10 ⁻² mm	1º Sentido 10 ⁻² mm	2º Sentido 10 ⁻² mm
1,80	-----				
3,60	-----				
5,40	-----				
7,20	-----				

	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

9,00	-----				
10,80	Δt 0 min				
10,80	Δt 3 min				
10,80	Δt 15 min				

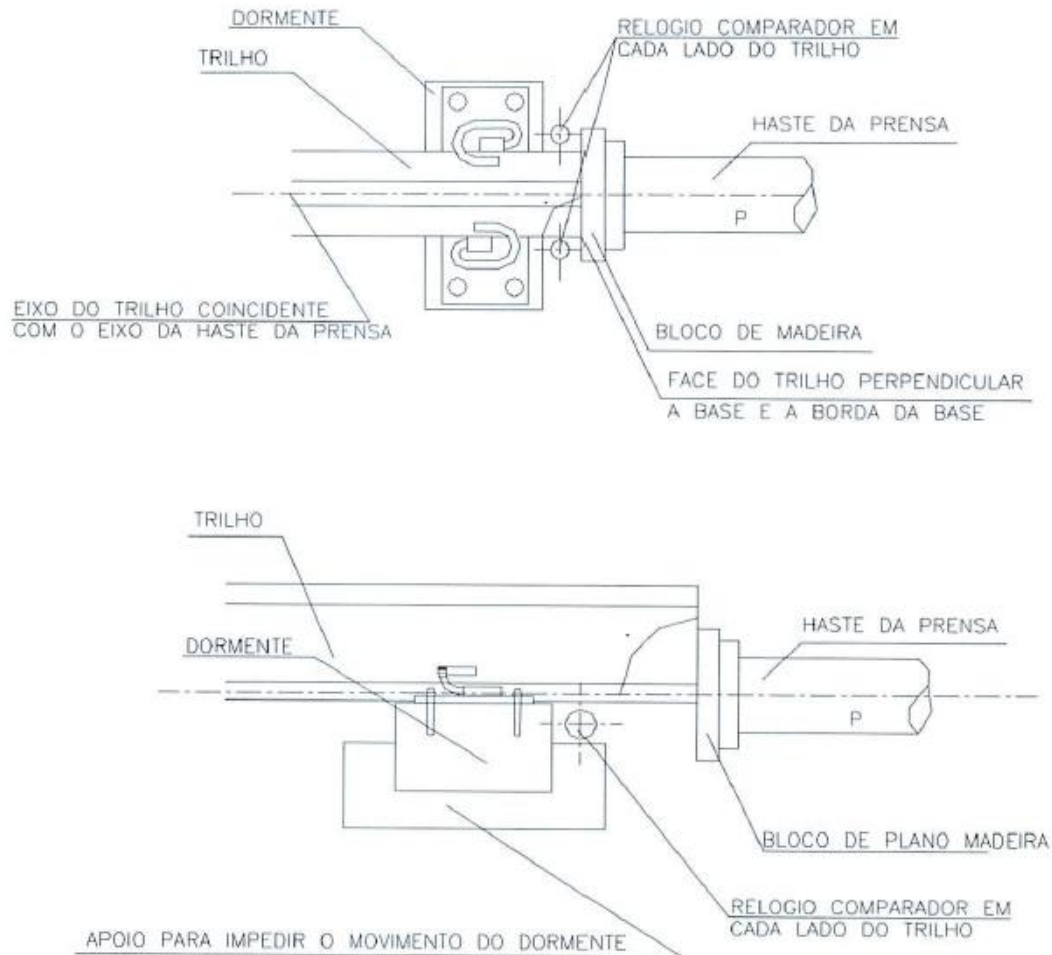


Figura 2 – Disposição para o Ensaio de Retenção Longitudinal


5.2. Ensaio de Fadiga (efetuado no conjunto completo de fixação)

Um pedaço de trilho, com comprimento de 450 a 500 mm, deve ser fixado ao dormente por um conjunto completo de fixação.

Este ensaio deverá ser executado em 2 (duas) fases:

- 1ª fase – com os grampos utilizados na 1ª fase do ensaio 6.1 (Retenção Longitudinal), que retornam à 2ª fase do mesmo ensaio 6.1
- 2ª fase – com grampos novos

Na 1ª fase, de acordo com o esquema de carregamento na Figura 3, aplica-se uma carga crescente até que se inicie a separação entre o trilho e a placa de apoio, registrando-se a carga Q (carga medida no início da separação, mais o peso do dormente não apoiado, mais o peso da estrutura) e então se alivia completamente a carga Q , não devendo ser superior a 45 kN. Após o término do ensaio, os grampos utilizados devem ser separados para a 2ª fase do ensaio 6.1 (Retenção Longitudinal).

	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

Na 2ª fase, após a obtenção da carga Q , deve-se equipar o conjunto com um novo jogo de grampos para dar continuidade ao teste. De acordo com o esquema de carregamento na Figura 4, cargas alternadas descendentes e ascendentes devem ser aplicadas, seguindo um ângulo de 20° com o eixo vertical do trilho, a uma frequência não superior a 300 ciclos/min, num total de 3 milhões de ciclos. O dispositivo não deve impedir qualquer rotação do trilho devido à carga aplicada. Um ciclo de solicitação consistirá em uma carga de compressão e uma carga de arrancamento.

O valor da carga de arrancamento deverá ser de $0,6 Q$ e a de compressão de 136 kN, com a utilização de cilindro hidráulico de ação dupla para geração de ambas as cargas. A ruptura de qualquer dos componentes da fixação representará falha no ensaio.

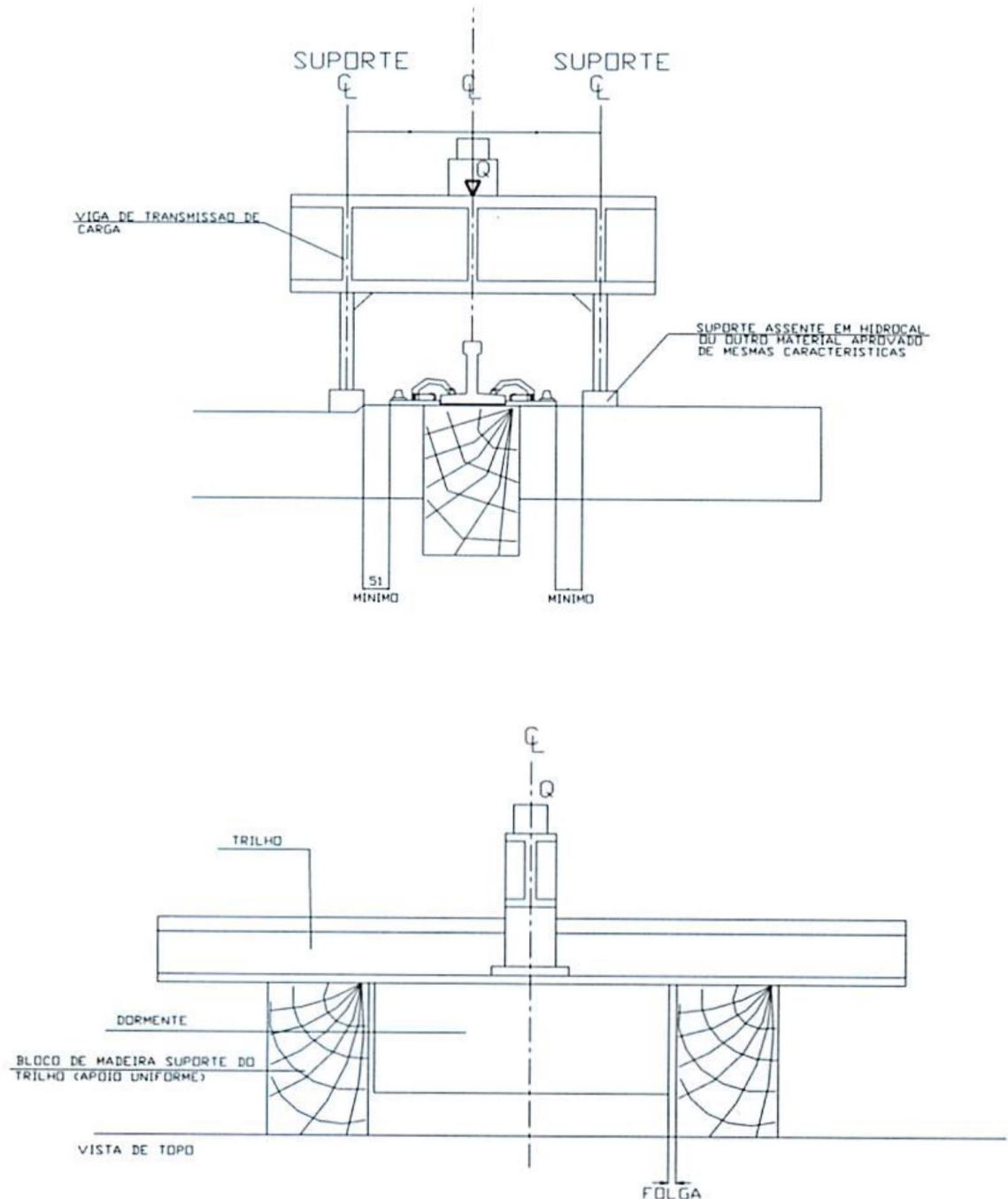



Figura 3 – Disposição do Ensaio de Fadiga – Primeira Fase

	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

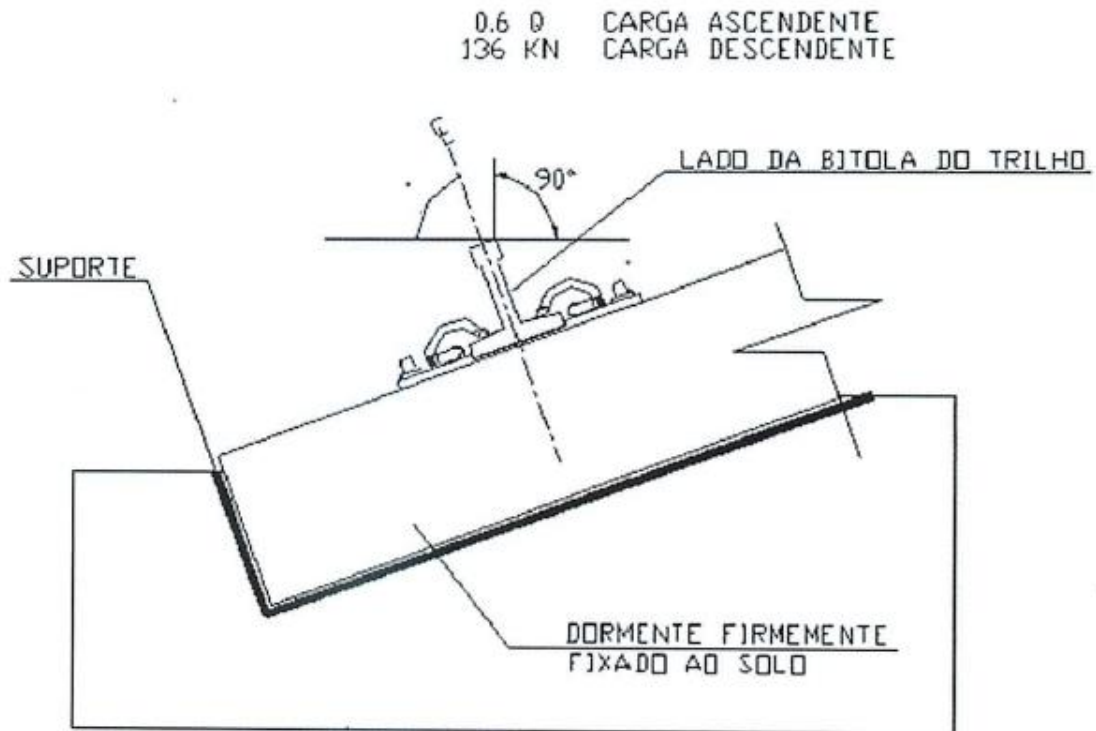


Figura 4 – Disposição do Ensaio de Fadiga – Segunda Fase

5.3. Ensaio de Retenção à Carga Lateral da Fixação

Usando-se um novo pedaço de trilho de comprimento adequado, o mesmo deve ser fixado ao dormente por meio de um conjunto completo de fixação de trilho com 2 grampos novos. O conjunto completo deverá ser apoiado e carregado conforme o esquema da Figura 5.

Entre o cabeçote da prensa e o boleto do trilho deverá ser colocado um bloco liso de madeira com as dimensões de 250 x 250 x 20 mm.

Deverão ser instalados 4 (quatro) relógios comparadores para medição dos deslocamentos transversais do trilho, 2 no patim para medir a translação do trilho e 2 no boleto para medir a abertura da bitola.

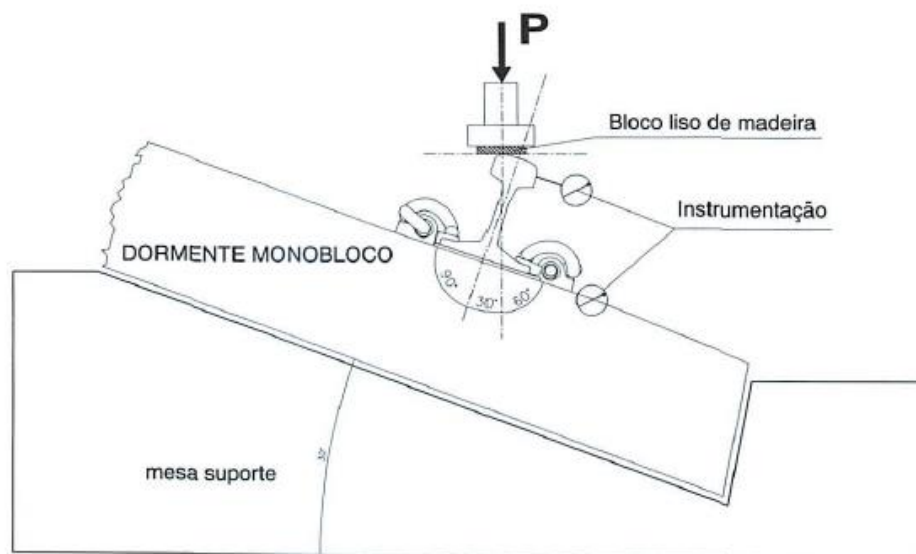



Figura 5 – Disposição do Ensaio de Retenção à Carga Lateral da Fixação

7122	ESTA FOLHA É PROPRIEDADE DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS E SEU CONTEÚDO NÃO PODE SER COPIADO OU REVELADO A TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. A LIBERAÇÃO OU APROVAÇÃO DESTES DOCUMENTOS NÃO EXIME O PROJETISTA DE SUA RESPONSABILIDADE SOBRE O MESMO	PÁG. 9/12
------	--	--------------

 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

5.3.1. Translação do Trilho

Uma pré-carga de 91 kN deve ser aplicada ao trilho para assentá-lo na fixação. A seguir, a pré-carga é aliviada e zerados os relógios comparadores situados no patim do trilho.

Aplica-se então o carregamento ao trilho, numa taxa que não exceda 30 kN por minuto, até atingir a carga de 186 kN.

A translação do trilho é determinada pela média dos deslocamentos obtidos nas leituras dos 2 relógios comparadores (D_1 e D_2) posicionados no patim do trilho.

Para que o sistema seja aprovado neste ensaio, a translação do trilho deve ser menor que 3,2 mm.

A incapacidade de a fixação suportar a carga de 186 kN, com no máximo 3,2 mm de translação do trilho, constitui falha no teste. A falha completa de qualquer componente do sistema é motivo de reprovação.

5.3.2. Rotação do Trilho

Com toda a carga removida do trilho, os relógios comparadores são zerados, e aplica-se uma carga de 93 kN, numa taxa inferior a 30 kN por minuto.

A translação do trilho é determinada pela média dos deslocamentos obtidos nas leituras dos 2 relógios comparadores (D_1 e D_2), posicionados no patim do trilho.

O alargamento da bitola é determinado pela média dos deslocamentos obtidos nas leituras dos 2 relógios comparadores (D_3 e D_4) posicionados no boleto do trilho.

Para que o sistema seja aprovado neste ensaio, a rotação do trilho (determinada pela diferença entre o alargamento da bitola e a translação do trilho) deve ser menor que 6,3 mm.

A incapacidade de a fixação suportar a carga de 93 kN, com no máximo 6,3 mm de translação do trilho, constitui falha no teste. A falha completa de qualquer componente do sistema é motivo de reprovação.

Na realização dos ensaios deverá ser preenchida a Tabela 10 abaixo com os valores de Translação e Rotação do Trilho.

Tabela 10 – Ensaio dos valores de Translação e Rotação do Trilho								
Translação (mm)			Rotação (mm)					
D_1	D_2	D_{mP}	D_1	D_2	D_{mP}	D_3	D_4	D_{mB}
Valor da Translação (D_{mP}) =			Valor da Rotação ($D_{mB} - D_{mP}$) =					
Valor Padrão - Máximo de 3,2mm			Valor Padrão - Máximo de 6,3 mm					

D_{mP} : Deslocamento médio no patim

D_{mB} : Deslocamento médio no bolete


6. CONTROLE DE QUALIDADE A SER FEITO PELO FORNECEDOR

O Fornecedor deverá avisar a CPTM da execução dos ensaios para comprovação das qualidades dos grampos, com pelo menos duas semanas de antecedência. A critério da CPTM, está facultado o acompanhamento ou não dos ensaios.

Independentemente da presença da fiscalização da CPTM ou seus prepostos, o Fornecedor deverá executar e registrar todos os ensaios definidos nesta Especificação. Os registros devem ser fornecidos para a CPTM.

Somente serão aceitos documentos emitidos em papel timbrado da empresa, contendo as seguintes informações:

7122	ESTA FOLHA É PROPRIEDADE DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS E SEU CONTEÚDO NÃO PODE SER COPIADO OU REVELADO A TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. A LIBERAÇÃO OU APROVAÇÃO DESTE DOCUMENTO NÃO EXIME O PROJETISTA DE SUA RESPONSABILIDADE SOBRE O MESMO	PÁG. 10/12
------	--	---------------

 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
---	--------------	--	--------------------------	--------------

- Referência que rege o fornecimento;
- Número do contrato;
- Quantidade de grampos do contrato;
- Número de documentos (desenhos e especificações da CPTM) dos grampos indicados (com suas respectivas revisões);
- Quantidades dos ensaios e seus resultados;
- Data;
- Assinatura do responsável.

6.1. Certificados

A CPTM exigirá do Fornecedor cópia dos certificados de qualidade do aço de todas as corridas correspondentes à encomenda por ela efetuada, devendo conter a classificação do aço e sua composição química

6.2. Rejeição

Serão considerados como parâmetros de rejeição do lote:

- O não atendimento aos critérios das tabelas 5 e 6 do item 4.1 (Lotes e planos de amostragem), conforme Norma ABNT NBR 5426:1985.
E / Ou
- A(s) falha(s) em quaisquer dos ensaios do item 6 (Ensaio de desempenho).

7. OBSERVAÇÕES

7.1. Garantia

Deverá ser dada garantia do material por um período mínimo de 05 (cinco) anos, a partir da data de entrega das peças para a CPTM.

Durante o período de garantia qualquer parte do fornecimento que apresentar defeito de fabricação ou matéria-prima inadequada, será substituída pelo Fornecedor às suas expensas e sem qualquer ônus para a CPTM, sendo a peça defeituosa posta à disposição do Fornecedor mediante notificação por escrito para fins de comprovação.

O Fornecedor está obrigado à prestação de toda a assistência indispensável à correta fabricação, implantação e acompanhamento do desempenho dos grampos, colocando à disposição da CPTM, por sua própria conta, e pelo prazo que lhe for determinado, o pessoal capacitado a fornecer todas as instruções julgadas necessárias àquele fim.


A responsabilidade do Fornecedor será integral e cobrirá todas as etapas, desde a fabricação, ensaios, embalagem e funcionamento, bem como a orientação e supervisão técnica que se fizer necessária.

O Fornecedor deverá garantir que o material que fornecerá será novo, de fabricação recente, e o de melhor qualidade, em sua espécie, para o fim a que se destina, consideradas as condições de desempenho e ambientais.

A fixação do grampo elástico não deverá causar deformações no olhal da placa de apoio.

O Fornecedor obrigará-se a fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e informações técnicas que lhe venham a ser solicitada pela CPTM sobre o material fabricado.

O controle e os ensaios que a CPTM realizar, bem como a respectiva aceitação, não eximirá o Fornecedor da inteira responsabilidade com respeito à qualidade do produto, bem como quanto ao desempenho satisfatório do mesmo.

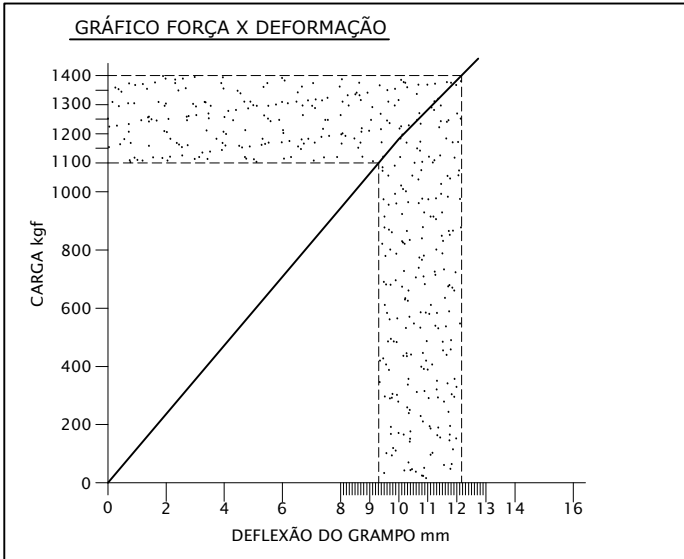
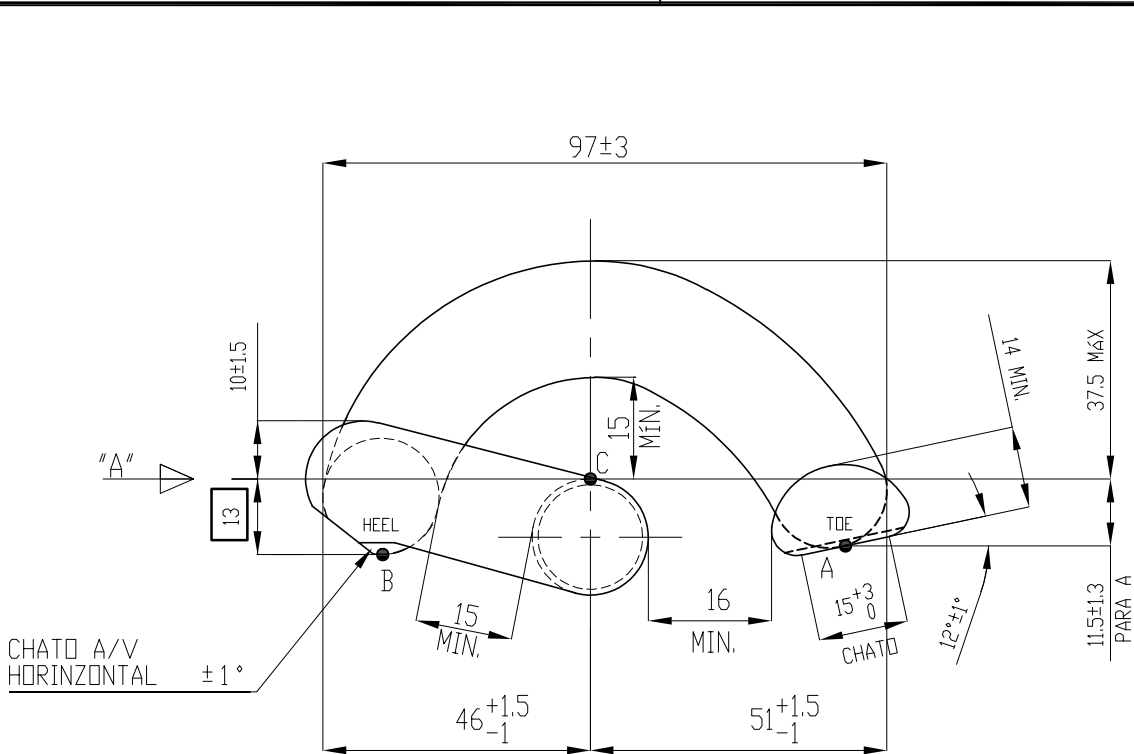
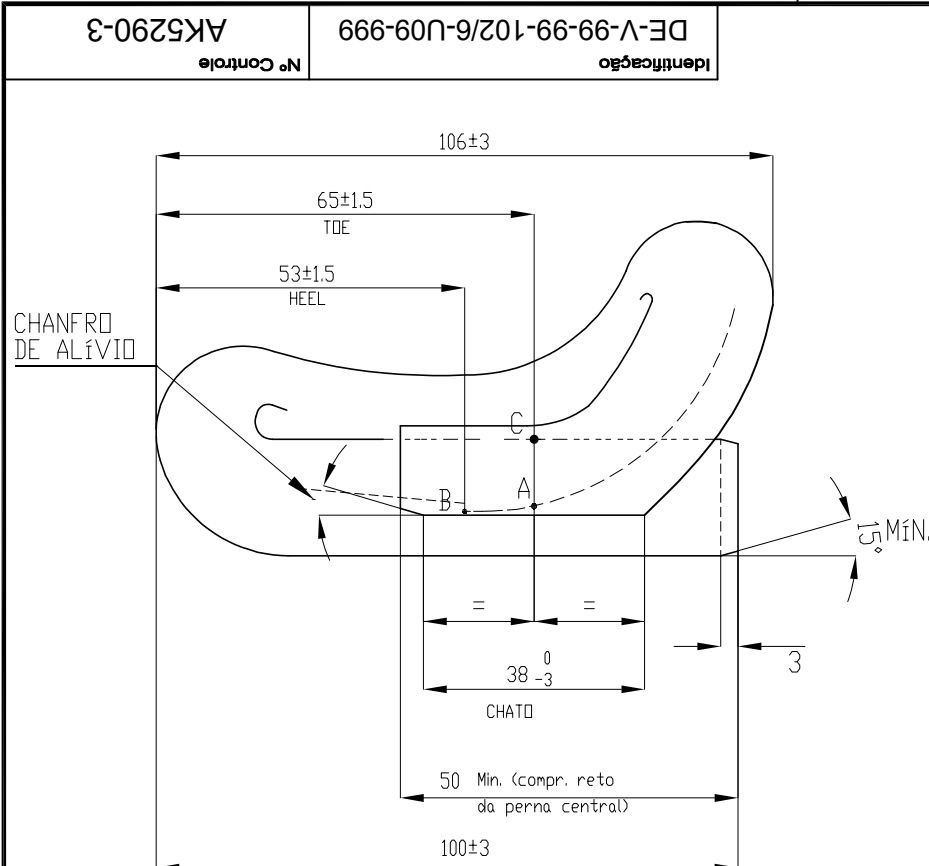
 CPTM	ÁREA DOTV	CLASSIFICAÇÃO ET - V - ZZ - 99 - 99 - 0102 / 3 - U09 - 999	N.º CONTROLE AA1094-6	REVISÃO H
--	--------------	--	--------------------------	--------------

8. ÍNDICE

1.FINALIDADE	2
2.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	2
2.1. FIXAÇÕES	2
2.2. FORMA, DIMENSIONAL, MARCAÇÃO E CORES	2
2.3. PROCESSO DE FABRICAÇÃO	2
2.4. TIPO DE AÇO E COMPOSIÇÃO QUÍMICA	2
2.5. PROPRIEDADES MECÂNICAS	2
2.6. ACONDICIONAMENTO	3
3.INSPEÇÃO, ENSAIOS E RECEBIMENTO DO PRODUTO	3
3.1. LOTES E PLANO DE AMOSTRAGEM.....	3
4.ENSAIOS MECÂNICOS E QUÍMICOS	4
4.1. VISUAL E MARCAÇÃO	4
4.2. DIMENSIONAL	4
4.3. COMPOSIÇÃO QUÍMICA	5
4.4. ENSAIO DE DUREZA ROCKWELL C	5
4.5. DESCARBONETAÇÃO.....	5
4.6. DEFLEXÃO ESTÁTICA	5
5.ENSAIOS DE DESEMPENHO	6
5.1. RETENÇÃO LONGITUDINAL	6
5.2. ENSAIO DE FADIGA (EFETUADO NO CONJUNTO COMPLETO DE FIXAÇÃO).....	7
5.3. ENSAIO DE RETENÇÃO À CARGA LATERAL DA FIXAÇÃO.....	9
6.CONTROLE DE QUALIDADE A SER FEITO PELO FORNECEDOR	10
6.1. CERTIFICADOS	11
6.2. REJEIÇÃO.....	11
7.OBSERVAÇÕES	11
7.1. GARANTIA	11
8.ÍNDICE	12

A liberação ou aprovação não exime o detalhista de responsabilidade sobre o documento

Este documento é propriedade da CPTM e seu conteúdo não ser revelado a terceiros sem autorização expressa



OBSERVAÇÃO: NO GRÁFICO FORÇA X DEFORMAÇÃO A CURVA FOI PLOTADA APÓS A 10ª PRECARGA APLICADA NO GRAMPO

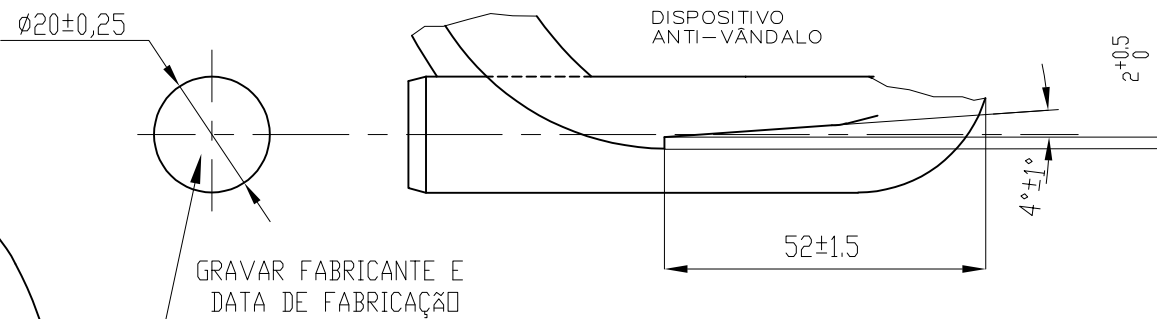
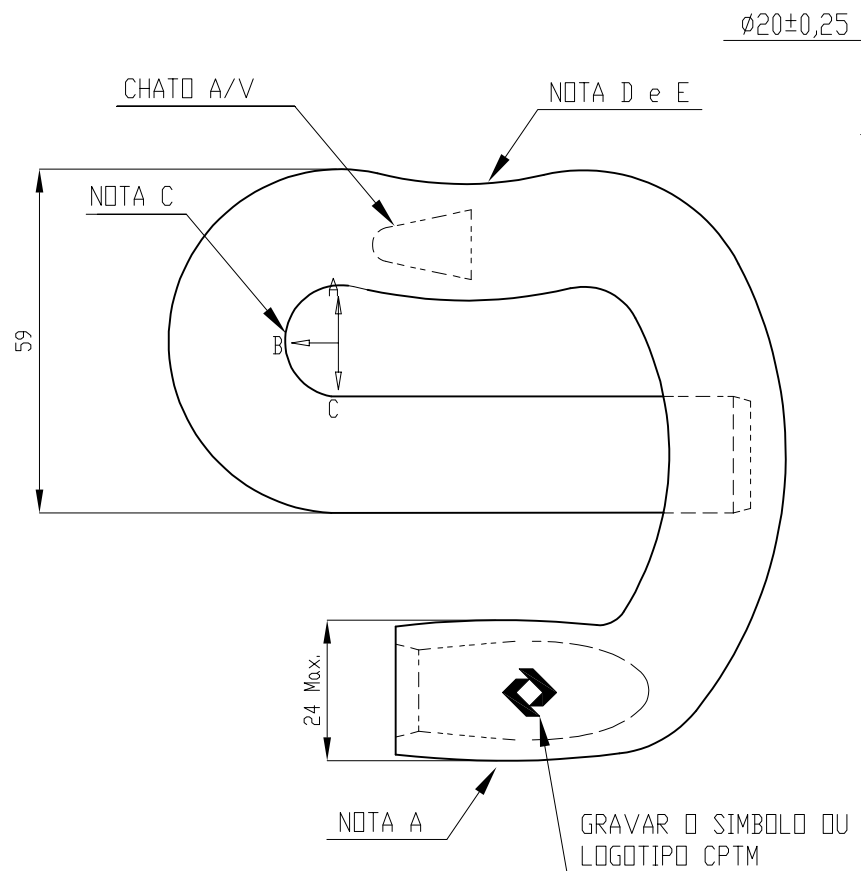
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
CPTM AA1094-6

NOTAS :


- A- ABAULAMENTO MÁXIMO NO CHATO É DE 1,0mm NO COMPRIMENTO E 0,5mm NA LARGURA.
- B- DIÂMETRO DA BARRA NÃO PODE SER MENOR QUE 19mm ENTRE OS PONTOS A & C.
- C- CURVA ABC DEVE SER LISA E LIVRE DE REBARBAS.
- D- NESTA REGIÃO PODE OCORRER ABAULAMENTO DEVIDO AO PROCESSO DE ESTAMPAGEM DO CHATO REFERENTE AO ANTI VANDALO.
- E- O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO ANTI-VANDALO DEVERÁ SER POR CONFORMAÇÃO E NÃO POR RETIRADA DE MATERIAL.
- F- VALOR FIXO DE REFERÊNCIA
- G- COR DE IDENTIFICAÇÃO DE ACABAMENTO: VERMELHO

OBS: REDESENHADO NA REVISÃO B

Ver índice de documentos - AA1094-6



			__/__/__				__/__/__
			__/__/__				__/__/__
			__/__/__	D	IBS	OFB	08 / 08 / 18
			__/__/__	C	IBS	OFB	24 / 10 / 17
REV.	DES.	RESP.	APROVAÇÃO:	REV.	DES.	RESP.	APROVAÇÃO:

SUPERVISORA	PROJETISTA		TÍTULO Grampo Elástico Anti-Vândalo para olhal Fixação de Trilhos TR50, TR57 e TR68, em Dormente de Concreto ou Madeira				
			TIPO DE	SISTEMA V	LINHA Z	KM 99	
Nº CONTRATO ----	Nº CONTRATO ----	ÁREA GEV	TRECHO 99	SUB TRECHO 99	SUB SISTEMA/CONJUNTO 0102		
VERIFICAÇÃO/DATA ----	VERIFICAÇÃO/DATA ----	VERIFICAÇÃO/DATA ILONA 18/05/10	ETAPA 3	CLASSE/SUBCLASSE U09	SEQUENCIAL 999	Nº CONTROLE AK5290-3	
APROVAÇÃO/DATA ----	APROVAÇÃO/DATA ----	APROVAÇÃO/DATA OFB 18/05/10	IDENTIFICAÇÃO DE-V-99-99-0102/6-U09-999		ESCALA S/E	REVISÃO D	FOLHA 001

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO - PE18325-_____ - CÓDIGO ÚNICO Nº 20251204726
PROCESSO - PE18325 - 386.00013826/2025-17

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GRAMPO ELÁSTICO, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E _____.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista nº 162, 6º andar, Centro, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, com sede em _____, na cidade de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da **CPTM**, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento do(s) material(is), a saber:

ITEM	SC/ITEM	UNID.	QTDE.	DESCRIÇÃO
XX	XXXXX	XX	XXX	MARCA: _____ REFERÊNCIA: _____

2. PRAZO DE ENTREGA

2.1 O fornecimento objeto do presente contrato deverá ser executado conforme o estabelecido no Anexo I - Proposta da **CONTRATADA**.

3. CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

- 3.1 O fornecimento do(s) material(is) deverá ser executado, tanto no que se refere aos aspectos técnicos (especificações), quanto aos quantitativos e prazos, estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas nos **Anexos I - Proposta da CONTRATADA, Especificação Técnica CPTM AA1094-6 e Desenho CPTM AK5290-3, II - Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade e III - Termo de Ciência e de Notificação**, que integram o presente instrumento.
- 3.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos materiais são de exclusiva propriedade da **CPTM**, e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.
- 3.3 A entrega dos materiais deverá ser efetuada no **Almoxarifado Presidente Altino - Rua General Manuel Azambuja Brilhante, 55 - Centro - Osasco/SP** ou no **Almoxarifado Lapa - Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 - Vila Anastácio - São Paulo/SP**.
- 3.4 Os grampos devem ser acondicionados em dois sacos de material resistente (um dentro do outro), com peso máximo de 30 kg. Cada saco deverá ter uma etiqueta com as seguintes informações:
- 3.4.1 Marca da CPTM;
 - 3.4.2 Marca do Fabricante;
 - 3.4.3 Identificação do conteúdo;
 - 3.4.4 Número de ordem ou período de compra;
 - 3.4.5 Quantidades de peças.
 - 3.4.6 As etiquetas deverão ser confeccionadas em material resistente, não-metálico
 - 3.4.7 Os custos e a responsabilidade pelo carregamento, transporte, proteção, seguro e descarregamento do material até o local de entrega determinado pela **CPTM** correrão por conta da **CONTRATADA** inclusive no tocante ao uso de maquinário e pessoal para a carga e descarga dos caminhões/carretas no local de entrega.

INSPEÇÃO EM FÁBRICA E ENSAIOS

- 3.5 Os grampos elásticos deverão ser fabricados, inspecionados e ensaiados conforme informado na Especificação Técnica CPTM AA1094-6 e Desenho CPTM AK5290-3.
- 3.5.1 Haverá inspeção em fábrica para acompanhamento da execução dos ensaios especificados;
 - 3.5.2 Em caráter excepcional e a seu exclusivo critério, a **CPTM** poderá dispensar o acompanhamento ou a realização de quaisquer ensaios de

inspeção previstos na Especificação Técnica CPTM AA1094-6, mediante prévio aviso e em comum acordo com a **CONTRATADA**;

- 3.6 A definição do lote do plano de amostragem e dos procedimentos de inspeção obedecerão a Norma ABNT NBR 5426/1985, observando os parâmetros definidos na Especificação Técnica CPTM AA1094-6.
- 3.7 As peças destruídas durante os ensaios deverão ser repostas sem ônus à **CPTM**.
- 3.8 Os ensaios aplicados nesta aquisição são apenas para garantir qualidade requerida para aplicação do material nas instalações da **CPTM**, não havendo intenção por parte da Companhia de homologar os itens deste fornecimento.
- 3.9 Os ensaios em laboratório e a inspeção em fábrica previstos poderão ser realizados com o acompanhamento de até 2 (dois) inspetores da **CPTM**.
- 3.10 Os ensaios e a inspeção em fábrica deverão seguir todas as recomendações e padrões previstos pela Especificação Técnica CPTM AA1094-6 e Desenho CPTM AK5290-3.
- 3.11 A data prevista para acompanhamento dos ensaios e inspeção em fábrica deverá ser informada com antecedência de acordo com o local de inspeção:
 - 3.11.1 Fora do Brasil: pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias
 - 3.11.2 Dentro do Brasil: pelo menos 15 (quinze) dias
- 3.12 Os prazos de inspeção e ensaios estão contemplados dentro do cronograma de aquisição e não devem exceder a data de entrega do material.
- 3.13 Antes do início da inspeção ou do ensaio, deverá ser apresentado aos inspetores da **CPTM** todos os certificados de calibração de todos os instrumentos que serão utilizados durante a inspeção.
 - 3.13.1 Este certificado deverá ter sido emitido por laboratório de calibração da rede brasileira de calibração do Inmetro ou com competência reconhecida pela rede metrológica do Estado de São Paulo, ou órgão exterior equivalente.
- 3.14 Os relatórios e certificados dos ensaios com os resultados obtidos deverão ser entregues ao inspetor da **CPTM**.
- 3.15 As despesas de transporte, alimentação e estadia serão por conta da **CONTRATADA**, caso os ensaios não sejam realizados na região metropolitana de São Paulo;
- 3.16 Todas as custas referentes à inspeção em fábrica e os ensaios solicitados pela Especificação Técnica CPTM AA1094-6 serão por conta da **CONTRATADA**, inclusive eventuais peças que venham a ser destruídas durante os ensaios.
- 3.17 Caso a inspeção não ocorra na data prevista, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, esta arcará com todas as despesas decorrentes da nova inspeção (tarifas, estadias e deslocamentos dos inspetores da **CPTM**) e o valor apurado será descontado do próximo pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**.

- 3.18 A **CPTM** poderá solicitar que a **CONTRATADA**, às suas expensas, execute testes ou ensaios não previstos ou complementares, no caso de haver obscuridades ou ausência de informações nos laudos ou documentos congêneres, que não comprovem a compatibilidade do objeto com as especificações constantes neste contrato e em seus anexos.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

3.19 Relatórios de Ensaaios

- 3.19.1 Deverão ser fornecidos os relatórios com os resultados obtidos dos ensaios em nome da **CONTRATADA** e/ou fabricante.

- 3.19.2 O relatório deverá ser entregue no dia dos ensaios em laboratório aos inspetores da **CPTM**.

3.20 Certificado de Qualidade

- 3.20.1 Deverá ser emitido certificado em nome da **CONTRATADA**/fabricante com a declaração de que os exames foram executados de acordo com a Especificação Técnica CPTM AA1094-6.

- 3.20.2 Deverá ser fornecido certificado de qualidade do aço de todas as corridas correspondentes à encomenda efetuada pela **CONTRATADA**/Fabricante, devendo conter a classificação do aço e sua composição química.

- 3.20.3 Os certificados deverão ser entregues no dia da inspeção em fábrica aos inspetores da **CPTM**.

3.21 Relatórios de Ensaaios, Certificados de Qualidade e Garantia

- 3.21.1 Deverá ser fornecido junto com o material, no momento da entrega, todos os documentos solicitados pela Especificação Técnica CPTM AA1094-6.

4. VIGÊNCIA

- 4.1 O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

5. PRAZOS

- 5.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

- 5.2 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

- 5.3 Na hipótese da publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

6.1 Pelo fornecimento objeto do presente contrato faz jus a **CONTRATADA** ao recebimento do seguinte valor unitário:

➤ Item ____: R\$ ____ (**PREÇO UNITÁRIO**) (**EXTENSO PREÇO UNITÁRIO**);

6.2 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ (PREÇO TOTAL) (EXTENSO PREÇO TOTAL)**, em **MÊS/ANO (BASE DOS PREÇOS)**.

6.3 Consideram-se inclusos nos preços constantes desta cláusula todos os custos operacionais da atividade da **CONTRATADA** e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **Programa de Trabalho nº 26783370746270000, Natureza da Despesa nº 33.90.30, Origem dos Recursos 150.140.004.**

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

8.2 O documento fiscal emitido pela **CONTRATADA** deverá indicar as quantidades correspondentes ao fornecimento realizado, bem como o número do contrato.

8.3 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o adimplemento da ordem de encomenda ou da parcela, desde que o material recebido e o documento fiscal tenham sido aprovados pela **CPTM**.

8.3.1 A aprovação do material será realizada por meio de Laudo Técnico.

8.3.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar a antecipação de entrega por solicitação expressa da **CPTM** e o pagamento será efetuado nos termos do subitem 8.3.

8.3.3 A **CPTM** poderá aceitar a entrega antecipada por solicitação da **CONTRATADA**, porém o pagamento será efetuado conforme cronograma original.

8.3.4 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

8.4 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será recusado e devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 8.3, a partir da data de sua reapresentação.

8.5 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{(n/365)}, \text{ onde:}$$

VJM= Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA= Valor em atraso

n= Número de dias em atraso

- 8.6 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro desde que devidamente comprovados.
- 8.7 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 8.8 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.
- 8.9 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Gestor do contrato.
- 8.10 A **CPTM** poderá descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 8.11 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 8.12 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

9. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 9.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_i / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Preço na data base de referência do contrato;

A_i = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da aplicação do reajuste de preços; e

A_0 = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da data base do contrato.

- 9.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - ____/____.

- 9.3 Na hipótese da publicação do índice ocorrer após a aprovação da medição pelo gestor, eventual diferença apurada entre o valor aprovado e o valor efetivamente devido, será objeto de ajuste nos seguintes termos:
- 9.3.1 Caso o reajuste seja positivo, a **CONTRATADA**, após autorização do Gestor, deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança complementar referente à diferença apurada entre o valor aprovado anteriormente e o efetivamente devido, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original da medição, o que ocorrer depois.
- 9.3.2 Se o reajuste for negativo, a **CPTM** emitirá Nota de Débito a ser compensada na data de vencimento original da medição ou a ser paga à **CPTM** no mesmo prazo definido no inciso anterior, aplicando-se, em caso de atraso, os encargos previstos neste contrato.
- 9.4 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 9.5 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

10. TRIBUTOS

- 10.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** que os recolherá, sem direito a reembolso. A **CPTM**, quando ela for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos de lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **CONTRATADA**, segundo a legislação vigente.
- 10.2 Se, durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o fornecimento objeto deste instrumento, a **CPTM** procederá conforme a seguir:
- 10.2.1 Caso haja diferença a maior, a **CPTM** somente procederá ao pagamento mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do ônus daí decorrente;
- 10.2.2 Na hipótese da **CONTRATADA** vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, a **CPTM** procederá a revisão do custo indicado na data-base; e
- 10.2.3 Serão consideradas para os fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o fornecimento objeto deste contrato.
- 10.3 A **CPTM** reserva-se o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 10.4 Quando, por disposição legal, a **CPTM** for a responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato, e, por exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, vier a responder por acréscimo e/ou outros encargos em

decorrência de erro no faturamento ou não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 11.2 A **CONTRATADA** é a responsável direta e exclusiva pelo fornecimento objeto deste contrato e, conseqüentemente, responde por todos os danos, perdas e prejuízos que venha a, direta ou indiretamente, provocar ou causar à **CPTM**, seus empregados, prepostos, usuários e terceiros.
- 11.3 A **CONTRATADA** é responsável pela execução do fornecimento objeto deste instrumento em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes.
- 11.4 A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 11.5 A **CONTRATADA**, antes da saída do material para entrega, deverá enviar o arquivo xml da nota fiscal eletrônica - NF-e correspondente, ou equivalente que a legislação substitua, para o e-mail nfecontratosmateriais@cptm.sp.gov.br, sob pena de não recebimento da mercadoria, bem como aplicação das sanções cabíveis, caso em que a **CONTRATADA** arcará com todos os ônus decorrentes da medida.
- 11.6 A **CONTRATADA** é obrigada a obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis
- 11.7 A **CONTRATADA** é obrigada a guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

12. OBRIGAÇÕES DA CPTM

- 12.1 A responsabilidade primária da **CPTM** é de fornecer todas as informações necessárias para o desenvolvimento do fornecimento.
- 12.2 A **CPTM** responsabiliza-se a fornecer à **CONTRATADA** todos os dados e elementos técnicos necessários ao fornecimento objeto do presente contrato.

- 12.3 A **CPTM** responsabiliza-se a observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução do objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

13. FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

- 13.1 A **CPTM**, por meio do Gestor, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar a **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do fornecimento.
- 13.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 13.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade de executar o fornecimento, com toda cautela e boa técnica.

14. PENALIDADES

- 14.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta e observada a dosimetria da penalidade do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 14.1.1 Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à **CPTM**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa;
- 14.1.2 Multa de 0,5% (meio por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% do valor do fornecimento;
- 14.1.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 14.1.4 Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor dos itens não entregues ou em caso de rescisão do contrato;
- 14.1.5 A totalidade das multas aplicadas a **CONTRATADA** não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023;
- 14.1.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CPTM**, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro)

meses, nos termos do Artigo 247, inciso III do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

- 14.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 14.3 O pagamento das multas compensatórias não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 248 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 14.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 14.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 8.5 deste contrato.

15. RESCISÃO

- 15.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:
 - a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
 - c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
 - d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
 - e) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
 - f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
 - g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
 - h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;

- i) Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela **CONTRATADA**;
- k) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- l) A prática de atos lesivos à **CPTM** previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;
- m) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- n) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, mediante denúncia da **CONTRATADA**:

- a) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da **CPTM**, por prazo superior a 3 (três) meses;
- b) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- c) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela **CPTM** por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

15.3 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

15.4 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, o fornecimento já realizado, pela **CONTRATADA**, até a data da rescisão, passará à propriedade da **CPTM**.

15.5 A rescisão consensual ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.

15.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, nos termos do disposto no artigo 187 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

15.7 As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 15.2 acima observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a **CONTRATADA** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.
- c) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 189 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

16. GARANTIA

- 16.1 A garantia do material oferecida pelo seu fabricante é de _____ (_____) anos, conforme subitem 7.1 da Especificação Técnica CPTM AA1094-6.

17. ALTERAÇÕES

- 17.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 173 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 17.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 17.4 Os prazos de início e término do fornecimento poderão ser prorrogados, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 177 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

18. COMUNICAÇÕES

- 18.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA Nº 162, 6º ANDAR - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-902

CONTRATO - PE18325-_____

CONTRATADA:

RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

CIDADE / UF _____

CEP _____

CONTRATO - PE18325- _____

CONTATO _____

TEL/FAX _____

E-MAIL _____

- 18.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 18.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

19. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 19.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas artigo 180 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 19.2 Detectada a necessidade de substituição de qualquer material, a **CONTRATADA** será comunicada formalmente, pelo Gestor.
- 19.3 O Recebimento Provisório será efetuado mediante recibo dado pela **CPTM**, que será apostado no canhoto do documento fiscal.
- 19.4 A **CPTM** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do adimplemento para elaboração de Laudo Técnico do material recebido pelo seu Departamento de Engenharia.
- 19.5 O Recebimento será considerado como Definitivo 15 (quinze) dias após a aprovação do Laudo Técnico referente à última entrega do contrato. Caso o contrato seja rescindido com entregas pendentes, o Recebimento Definitivo será considerado como parcial.
- 19.6 O material será submetido a exames de controle de qualidade. Na hipótese de reprovação, o material será colocado à disposição da **CONTRATADA** para retirada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, mediante comunicação por escrito da **CPTM**, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis da reprovação.
- 19.6.1 Somente será aceita a reentrega do material com a retirada do material reprovado.
- 19.6.2 A não retirada do material reprovado no prazo previsto será entendida como infração grave ao contrato, que poderá ser rescindido, com a aplicação das penalidades contratuais previstas à hipótese.

- 19.6.3 Vencido o prazo, sem a retirada do material reprovado, entende-se que a **CONTRATADA** abre mão da propriedade do material, podendo a **CPTM** dispô-lo como melhor entender e, em caso de venda do material, o valor arrecadado servirá para pagamento dos custos de armazenamento, processo de venda e abatimento das multas aplicadas, entre outros custos que a Administração tenha sofrido.
- 19.7 O recebimento não será efetivado quando o produto/material não puder ser conferido por empregado designado pela **CPTM**, ou seja, é vedada a entrega de produto/material na portaria e fora do expediente da **CPTM**.
- 20. NOVAÇÃO**
- 20.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.
- 21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- 21.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto no Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.
- 22. VINCULAÇÃO**
- 22.1 O presente Contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico - **PE18325** e à proposta da **CONTRATADA**.
- 23. FORO**
- 23.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 7.1.11 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, de _____ de _____
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal

(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 4.7.1 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA que reúne as condições de participação e que não se encontra impedida de licitar e de ser contratada pela CPTM, nos termos do subitem 4.7.1 do Edital e pelos motivos constantes nos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

Nota 1: Apresentar o telefone e o e-mail de contato da PROPONENTE

Telefone:

e-mail:

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTE RELACIONADA

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], CPF nº [], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____, em atendimento à Política de **Transações com Partes Relacionadas** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, disponível através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/legislacao-estatuto-social-e-politicas>, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio:

() **NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

() **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do contrato, será reapresentada à CPTM, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração e encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico: programa.integridade@cptm.sp.gov.br.

Declaro ciência de que, na hipótese de identificação como **Parte Relacionada à CPTM**, a transação deverá seguir os trâmites específicos, podendo comprometer prazos.

No caso de parte relacionada, pessoa física, detalho a indicação para que o processo seja conduzido sob a ótica da Conformidade das Transações com Partes Relacionadas.

NOME	CPF	PARENTESCO	EMPREGADO CPTM	CARGO OCUPADO

Se a parte relacionada for entre Organizações:

PARTE RELACIONADA	EMPRESA	CNPJ
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
ADM DIRETA OU INDIRETA DO GESP		
ACIONISTA DA CPTM CONTROLA DIRETA OU INDIRETAMENTE		
CPTM OU GESP INFLUENCIAM OU TEM REPRESENTANTE NA ADM DA EMPRESA		
GESTORA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		

_____, ____ de _____ de _____

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadram nas condições acima, permanecem consideradas como Parte Relacionada por 180 (cento e oitenta) dias após a cessação desta condição.

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18325
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADO:

CONTRATO: PE18325-_____

OBJETO: FORNECIMENTO DE GRAMPO ELÁSTICO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____